

LACUNAS DE CONSERVAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DA GUINÉ-BISSAU: O CASO DA REGIÃO DE OIO

Queita Embaló

Robert Fagundes de Souza

Resumo

Este artigo analisa a importância da expansão das áreas protegidas na Guiné-Bissau, com ênfase na região de Oio, que não possui unidade de conservação estatal formalmente instituída. A pesquisa, qualitativa e exploratória, baseia-se em revisão bibliográfica e documental de artigos científicos, relatórios institucionais e documentos normativos sobre conservação da biodiversidade e gestão ambiental no país. Os resultados indicam que a concentração histórica das áreas protegidas em zonas costeiras e marinhas produziu assimetrias territoriais relevantes, deixando o interior exposto à exploração madeireira, às queimadas, à expansão agrícola e à degradação de ecossistemas florestais. Em Oio, essas pressões se intensificam pela dependência direta das comunidades locais dos recursos naturais e pela ausência de mecanismos estatais de proteção. Desta forma, acredita-se que a ampliação da rede de áreas protegidas, articulada à educação ambiental, à cogestão comunitária e à oficialização de florestas comunitárias, constitui estratégia essencial para fortalecer a conservação da biodiversidade, reduzir o desmatamento e, assim, promover equidade e justiça territorial na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: biodiversidade; desmatamento; Guiné-Bissau; justiça territorial.

1 INTRODUÇÃO

A conservação da biodiversidade ocupa posição central na agenda ambiental contemporânea, sobretudo em países tropicais submetidos a intensas pressões antrópicas sobre florestas, recursos hídricos e solo (Lessmann et al.,2024). As áreas protegidas constituem instrumentos fundamentais para a manutenção dos processos ecológicos, a conservação da biodiversidade, preservação de habitats e a regulação climática(Lessmann et al.,2024). No contexto da Guiné-Bissau, observa-se distribuição espacial desigual dessas áreas: o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), criado em 1992, cobre atualmente 26,3% do território nacional (IBAP, 2019), porém concentrado em zonas costeiras e marinhas, em detrimento de regiões terrestres do interior, como Oio, que permanece sem unidade de conservação estatal legalmente reconhecida, apesar de abrigar cerca de 15% da população nacional (INE, 2009). Essa configuração territorial suscita uma questão de pesquisa relevante: em que medida a expansão das áreas protegidas pode contribuir para mitigar o desmatamento e a exploração desordenada dos recursos naturais em regiões vulneráveis? A escolha de Oio como uma das regiões afastadas da costa justifica-se pela ausência de proteção formal e pela intensidade das pressões associadas ao uso da terra, à extração de madeira e à dependência direta das comunidades em relação aos recursos ambientais, que, muitas vezes, desconhecem os impactos ambientais em seu território (Junior et al., 2018b). De fato, estudos recentes sobre os conhecimentos ambientais dos guineenses apresentam resultados aparentemente contraditórios (Cá; Sá; Nunes, 2026; Viriato; Oliveira, 2019), o que pode ser

explicado por diferenças relevantes de contexto e nível educacional entre as amostras analisadas. Portanto, parte-se do pressuposto de que políticas ambientais efetivas precisam incorporar participação comunitária, justiça territorial e mecanismos de governança capazes de reconhecer a relação histórica entre populações locais e os ecossistemas que ocupam (Junior et al., 2018b; Cardoso, 2013). Assim, objetivou-se uma análise sobre a descentralização da gestão ambiental em Guiné-Bissau, com vistas à ampliação da proteção em áreas continentais estrategicamente vulneráveis.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental (Prodanov; Freitas, 2013). Foram analisados artigos científicos, relatórios técnicos, documentos legais e publicações de organismos nacionais e internacionais que tratam da conservação da biodiversidade, da gestão ambiental e do Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, entre eles o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). A seleção das fontes priorizou materiais diretamente relacionados ao problema investigado e com foco na região de Oio, incluindo áreas protegidas costeiras e marinhas, desmatamento, governança ambiental e participação comunitária, sem critério sistemático de busca, após leitura preliminar de títulos, resumos e introduções. Do ponto de vista metodológico, a análise foi conduzida por meio de leitura interpretativa e categorização temática dos conteúdos, buscando identificar convergências, tensões e lacunas no debate sobre conservação,

articulando literatura científica e documentos normativos (Prodanov; Freitas, 2013).

Os resultados evidenciam que o SNAP da Guiné-Bissau representa avanço importante para a política ambiental do país, ao inserir a conservação da biodiversidade no centro da agenda pública (IBAP, 2019). Entretanto, a estrutura atual do sistema apresenta forte concentração em áreas costeiras, insulares e marinhas, sobretudo no arquipélago dos Bijagós, o que acarreta cobertura insuficiente de ecossistemas terrestres do interior nacional (Junior et al., 2022). Essa assimetria é particularmente sensível em Oio, onde a ausência de unidade de conservação formal amplia a vulnerabilidade dos ecossistemas à pressão antrópica, agravada pelo crescimento da população rural, que já representa cerca de 85% dos habitantes da região (INE, 2009).

A literatura consultada mostra que o desmatamento e a degradação ambiental na Guiné-Bissau decorrem de fatores interligados, entre os quais se destacam a agricultura itinerante, a produção de carvão e lenha, a exploração madeireira, a expansão de cultivos permanentes como o cajú, arroz, a caça furtiva e a pesca não regulamentada (Junior et al., 2018b; Catarino et al., 2012). Entre 2014 e 2015, mais de oito mil contêineres de madeira de pau-sangue (*Pterocarpus erinaceus*) foram exportados do porto de Bissau, evidenciando a fragilidade da fiscalização ambiental do país (Camará, 2015). Esses processos se intensificam em contextos de fragilidade institucional e baixa capacidade de fiscalização, agravando a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços ecossistêmicos, sobretudo após a instabilidade política decorrente do golpe militar de 2012 (Junior et al., 2018b; ONU NEWS, 2019).

No caso de Oio, a pressão sobre a terra é ampliada pela densidade populacional regional e pela forte dependência das comunidades em relação aos recursos naturais para subsistência, alimentação e geração de renda. A ausência de proteção formal não produz apenas um vazio administrativo, mas também um vazio de governança ambiental, em que a exploração dos recursos ocorre sem planejamento integrado (Cardoso, 2013; Junior et al., 2018b). Nesse contexto, a conservação não pode ser pensada de forma dissociada das dinâmicas sociais e econômicas que organizam o uso do território.

A análise revela ainda limites e potencialidades relevantes nas práticas de manejo já existentes: cerca de 70% das áreas protegidas não possuem planos de manejo adequados, e o zoneamento participativo permanece incipiente (Junior et al., 2018b). O país é fortemente dependente de financiamento internacional, com risco à soberania na gestão das APs costeiras (Cardoso, 2013). Evidências recentes reforçam esse argumento em escala continental. Lessmann et al. (2024), ao avaliarem 17 sistemas nacionais de Áreas Protegidas na América Latina e o caso detalhado do Equador, demonstraram que a maioria das unidades reduziu efetivamente o desmatamento entre 2000 e 2010, mas que déficits de financiamento comprometeram significativamente essa efetividade: no Equador, cada unidade percentual de redução no déficit de financiamento correspondeu a um aumento médio de 3,07% na efetividade de evitar desmatamento, com impacto ainda maior em áreas protegidas sob forte pressão antrópica, como aquelas com alto potencial de renda agrícola no entorno (Lessmann et al., 2024). Os autores mostraram ainda que, embora o financiamento explique diferenças de desempenho entre unidades individuais, fatores socioeconômicos nacionais, como o Índice de Desenvolvimento Humano,

foram determinantes para a efetividade dos sistemas nacionais como um todo, o que os levou a defender uma abordagem multinível de conservação, combinando melhor alocação orçamentária local com fortalecimento da governança nacional (Lessmann et al., 2024).

Esses achados dialogam diretamente com o cenário observado na Guiné-Bissau e, particularmente, em Oio. Assim como nas Áreas Protegidas latino-americanas situadas sob forte pressão de uso agrícola, a ausência de unidade de conservação formal em Oio ocorre justamente em uma região de elevada densidade populacional rural e dependência direta dos recursos naturais, condição que, segundo o modelo de Lessmann et al. (2024), tende a ampliar o impacto potencial de qualquer investimento em proteção e gestão. Isso sugere que a simples criação de novas Áreas Protegidas no interior guineense não seria suficiente caso não seja acompanhada de financiamento adequado às pressões locais: os mesmos autores demonstram que fechar déficits de financiamento em unidades sob alta pressão antrópica pode gerar ganhos de efetividade proporcionalmente maiores do que investimentos equivalentes em áreas de baixa pressão. Da mesma forma, a fragilidade institucional e a limitada capacidade de fiscalização identificadas na gestão ambiental guineense (Junior et al., 2018b; Brito, 2013) encontram paralelo na constatação de Lessmann et al. (2024) de que fatores de governança nacional, e não apenas o orçamento disponível, condicionam o desempenho geral dos sistemas de conservação. Assim, a expansão da rede de Áreas Protegidas na Guiné-Bissau, com a criação de uma unidade em Oio, deve vir acompanhada de mecanismos de financiamento sustentável e de fortalecimento institucional, sob risco de reproduzir, em escala africana, o mesmo padrão de subfinanciamento crônico que compromete a efetividade da conservação na América Latina.

Com isso, deduz-se que a proteção legal nem sempre se converte em proteção concreta, em razão da carência de recursos financeiros, da instabilidade política e da limitada integração entre Estado, ONGs e comunidades locais (Brito, 2013). Apesar dos desafios, a Guiné-Bissau apresenta maior percentual de território protegido da África Ocidental: 26,3% e com 104 florestas comunitárias geridas por comunidades locais, com potencial de oficialização (IBAP, 2019). Esses elementos demonstram que a criação de áreas protegidas, embora necessária, não é suficiente para garantir resultados sustentáveis sem mecanismos adequados de implementação.

Diante disso, a expansão da rede de conservação em direção ao interior do país deve ser entendida como medida estratégica de reorganização territorial da política ambiental. Em vez de reproduzir um modelo concentrado nas zonas costeiras, a Guiné-Bissau necessita adotar abordagem mais equilibrada, capaz de representar diferentes formações ecológicas e responder às necessidades de regiões vulneráveis, como Oio (Junior et al., 2018a). Essa expansão deve ser acompanhada de instrumentos de governança compartilhada, de modo a reduzir conflitos e fortalecer a legitimidade social da conservação.

Nesse cenário, a oficialização das florestas comunitárias, que hoje são unidades geridas por comunidades locais (IBAP, 2019), surge como alternativa promissora, por reconhecer o papel das populações locais na preservação dos ecossistemas e criar condições para que a conservação seja construída com base em corresponsabilidade, autonomia territorial e respeito aos saberes tradicionais. A cogestão, por sua vez, amplia as possibilidades de articulação entre políticas públicas, organizações comunitárias e instituições ambientais, favorecendo gestão mais adaptada

às realidades locais (Junior et al., 2018b). A educação ambiental constitui outro eixo indispensável. A baixa percepção dos riscos ambientais dificulta a adesão social a práticas sustentáveis, especialmente em contextos de forte dependência dos recursos naturais, considerando que aproximadamente 82% da população guineense depende da agricultura de subsistência (ONU NEWS, 2019; Viriato, 2023). Programas educativos podem ampliar a compreensão sobre desmatamento, conservação da biodiversidade, uso sustentável do solo e efeitos das mudanças climáticas, fortalecendo uma cultura de proteção ambiental, o que é ainda mais relevante em regiões como Oio (Viriato, 2023; Cá, Sá, Nunes, 2026).

Os resultados contrastantes na percepção dos guineenses sobre EA, por exemplo, (Viriato; Oliveira 2019 & Cá; Sá; Nunes 2026) exemplificam como diferenças amostrais podem confundir a leitura sobre a percepção ambiental guineense. Viriato e Oliveira (2019), investigaram estudantes do ensino básico numa escola pública do país, onde a EA ainda não é implementada curricularmente; Cá; Sá e Nunes (2026), estudaram universitários guineenses já engajados em extensão sobre EA no Brasil. Mais do que uma contradição, esses achados sugerem um funil educacional, em que o acesso ao conhecimento ambiental depende de etapas avançadas de formação, muitas vezes fora do país; reforçando a necessidade de cautela ao generalizar tais dados como representativos da população guineense como um todo.

Por fim, a análise mostra que a concentração das áreas protegidas no litoral não apenas deixa lacunas de proteção no interior, como também reforça lógica de conservação vinculada a interesses turísticos específicos (Junior et al., 2022; Brito, 2013). Embora o turismo ecológico possua potencial para gerar renda e visibilidade internacional, ele também pode intensificar

pressões sobre ecossistemas frágeis quando carecem de planejamento adequado. A ausência da Guiné-Bissau na Lista Verde da IUCN reforça a necessidade de melhorias na gestão das áreas protegidas existentes, associadas a planejamento ambiental, zoneamento territorial e critérios de sustentabilidade que evitem a sobrecarga de determinados ambientes (FAO, 2018).

3 CONCLUSÃO

O estudo analisou os avanços e as lacunas do SNAP da Guiné-Bissau na conservação ambiental e da biodiversidade, enfatizando a importância de expandir a proteção ambiental do país além da costa, especialmente a Oio, uma região desprovida de unidade de conservação estatal. Apontou-se a expansão das áreas protegidas nesta região como estratégia fundamental para corrigir a desigualdade territorial da política de conservação e enfrentar as pressões ambientais que afetam os ecossistemas terrestres, especialmente em regiões vulneráveis como Oio e outras regiões sem proteção. A análise demonstra que a ausência de proteção estatal formal em áreas do interior expõe florestas, solos e comunidades a processos contínuos de desmatamento, queimadas e exploração desordenada dos recursos naturais. Embora o SNAP represente avanço institucional relevante, sua concentração em zonas costeiras e marinhas limita a efetividade da conservação em escala nacional. Os dados analisados confirmam que a proteção da biodiversidade depende de ações integradas, incluindo planejamento ambiental, fiscalização eficiente, educação ambiental, participação comunitária e modelos de cogestão que reconheçam a centralidade das populações locais na conservação dos territórios. A oficialização de florestas comunitárias e a ampliação de áreas protegidas no

interior constituem medidas estratégicas para fortalecer a governança ambiental e reduzir conflitos entre conservação e subsistência, favorecendo a conectividade ecológica e a proteção de formações florestais ameaçadas. Proteger regiões como Oio não é apenas uma decisão ambiental, mas uma exigência para garantir segurança alimentar, equilíbrio climático e justiça territorial. Assim, uma política ambiental verdadeiramente sustentável na Guiné-Bissau deve articular litoral e interior, conservação e desenvolvimento, ciência e saber local, assegurando benefícios duradouros para o país e suas comunidades.

REFERÊNCIAS

BRITO, Brígida Rocha. Preservação ambiental e turismo de natureza em área protegida: iniciativas e experiências em contexto africano. Aquidabã: Nature and Conservation, v. 6, n. 1, p. 6-21, 2013.

CAMARÁ, F. T. Como salvar as florestas da Guiné-Bissau? DW África, 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/como-salvar-as-florestas-da-guin%C3%A9-bissau/a-18853545>. Acesso em: 2 out. 2021 e 29 ago. 2024.

CARDOSO, Augusto. Administração Política e Saber Bijagós: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. Rev. Bras. Adm. Pol, v. 6, 2013.

CATARINO, Luis et al. As florestas do Cantanhez (Guiné-Bissau): vegetação, alterações do coberto do solo e utilização dos recursos naturais. Ecologia, v. 4, p. 43-58, 2012.

CÁ, H., DA SILVA Sá, A., & DE OLIVEIRA NUNES, R. (2026). IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE GUINEENSE. Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc Joaçaba, 11, e39242. Recuperado de <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeuj/article/view/39242>.

FAO. The State of the World's Forests 2018: forest pathways to sustainable development. Rome: FAO, 2018.

IBAP – INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. Sexto relatório nacional sobre a diversidade biológica da República da Guiné-Bissau. Bissau: IBAP, 2019.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Características socioculturais: III RGPH/2009. Bissau: INE, 2009.

JUNIOR, Antonio Correia et al. Panorama sobre o estado atual de conservação do manguezal da região costeira de Cacheu/Guiné-Bissau. InterEspaço, v. 4, n. 14, p. 49-66, 2018a.

JUNIOR, Antonio Correia et al. Características das Áreas Protegidas em Guiné-Bissau: o caso do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu. Revista Eletrônica Casa de Makunaima, v. 1, n. 2, p. 37-55, 2018b.

JUNIOR, Antonio Correia et al. Caracterização do turismo e impactos nas comunidades locais do arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau). Revista de Geociências do Nordeste, v. 8, n. 1, p. 148-159, 2022.

LESSMANN, Janeth; GELDMANN, Jonas; FAJARDO, Javier; MARQUET, Pablo A. The role of CDBf funding in the performance of Latin America's protected areas. PNAS, v. 121, n. 36, e2307521121, 2024. SOSEF, Marc S. M. et al. Exploring the floristic diversity of tropical Africa. BMC Biology, v. 15, p. 1-23, 2017.

ONU NEWS. Especial: efeitos da mudança climática já são uma realidade na Guiné-Bissau. 20 set. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VIRIATO, Nicola; OLIVEIRA, Viviane Pinho de. Educação Ambiental na Guiné-Bissau: percepções e ações para a proteção de meio ambiente na formação de estudantes do Liceu João Paulo II-Bula. Revista Brasileira de

Educação, Cultura e Linguagem, Campo Grande, v. 3, n. 5, 2019. ISBN: 2526-4052.

Sobre o(s) autor(es)

Queita Embaló-Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Redenção, CE. Onde foi Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Atualmente é Mestrando e bolsista CAPES no Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Linha de pesquisa: Aplicações Ecológicas E-mail: (queita@estudante.ufscar.br ou embaloqueita93@gmail.com).

Roberth Fagundes de Souza - Doutor, Professor do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: (roberthfagundes@unilab.edu.br).